

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 171.239 - DF (2020/0062964-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO FEDERAL DA 15A VARA CRIMINAL DE BRASÍLIA - SJ/DF  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 4A VARA CRIMINAL DE CEILÂNDIA - DF  
**SUSCITANTE** : JUSTIÇA PÚBLICA  
**INTERES.** : EM APURAÇÃO

**EMENTA**

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL PENAL. INQUÉRITO POLICIAL. TENTATIVA DE ESTELIONATO E USO DE DOCUMENTO FALSO. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO SUPOSTAMENTE FALSO PARA TENTAR SACAR VALES POSTAIS EM NOME DE TERCEIROS. AGÊNCIA DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS QUE FUNCIONAVA COMO BANCO POSTAL. AUSÊNCIA DE LESÃO A BEM, SERVIÇO OU INTERESSE DA UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS OU EMPRESAS PÚBLICAS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL.

**DECISÃO**

Trata-se de conflito de competência suscitado pelo JUÍZO FEDERAL DA 15.<sup>a</sup> VARA CRIMINAL DE BRASÍLIA - SJ/DF contra o JUÍZO DE DIREITO DA 4.<sup>a</sup> VARA CRIMINAL DE CEILÂNDIA - DF.

Colhe-se nos autos que foi instaurado inquérito policial para apurar suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 304 e 171, ambos do Código Penal, porque, em tese, Gilson Messias Silva, Jorge Luiz da Silva Firmino e Rafael da Silva Félix teriam tentado sacar vales postais em nome de terceiros, apresentando documentos falsos a empregados públicos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

O JUÍZO DE DIREITO DA 4.<sup>a</sup> VARA CRIMINAL DE CEILÂNDIA - DF declinou da competência para a Justiça Federal, mediante os fundamentos a seguir transcritos (fl. 281):

*"Com efeito, o presente inquérito policial visa apurar a responsabilidade de eventual crime descrito no artigo 304, 'caput', do CP e do delito previsto no artigo 171, 'caput', c.c artigo 14, II, ambos do CP, supostamente, praticados pelos indiciados, posto que teriam apresentado uma carteira de identidade falsa para empregados públicos federais dos Correios e Telégrafos, a fim de realizarem saques de vales postais, em*

*nome de terceiros.*

*Não se olvide que, nos termos do artigo 109, inciso IV, da Constituição Federal, compete à Justiça Federal processar e julgar os 'crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral', o que, certamente, se amolda ao presente caso.*

*Nesse sentido, não se deve descurar do teor da Súmula nº 546 do STJ, a qual dispõe que: 'A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.'*

*Ante o exposto, declino da competência em favor de uma das Varas Criminais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal."*

Por sua vez, o JUÍZO FEDERAL DA 15.<sup>a</sup> VARA CRIMINAL DE BRASÍLIA - SJ/DF suscitou o presente conflito de competência nos seguintes termos (fls. 12-15):

*"No caso, não vislumbro violação a interesse, bem ou serviço da União. Constata-se pelos documentos trazidos aos autos que os investigados foram presos em flagrante ao tentar realizar saques de vales postais mediante uso de documento falso, o que em tese configura o crime de estelionato, conforme preceitua a Súmula 17 do Superior Tribunal de Justiça: 'Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido'.*

*Como bem delineou o Ministério Público Federal:*

*'O uso de documento falso, no caso em exame foi instrumento para a obtenção de vantagem ilícita em prejuízo do Banco Postal. Logo, trata-se de crime meio a ser absorvido pelo crime fim (princípio da consunção). Assim, ainda que a apresentação de documento falso tenha sido perante os Correios, não incide o entendimento da Súmula 546 do STJ, pois o crime a ser investigado, processado e julgado não é o de uso de documento falso e sim o de estelionato. No caso em exame, os Correios atuam como correspondente de uma instituição financeira na prestação de serviços bancários, sobre a qual recaíra o prejuízo decorrente da conduta criminosa, ou seja, o crime não foi praticado em detrimento dos Correios e sim da instituição financeira responsável pelo Banco Postal. Desse modo, não há falar em ofensa a bens, serviços ou interesses da União a atrair a competência da Justiça Federal. Nesse sentido, é firme a jurisprudência no sentido de que a competência para processar e julgar os crimes patrimoniais praticados nas dependências de agências dos Correios depende da ocorrência de prejuízo*

# Superior Tribunal de Justiça

patrimonial à Empresa Pública, vejamos:  
[...]

*Diante disso, entendo que não houve qualquer lesão à bem, serviço ou interesse da EBCT tendente a incidir a competência da Justiça Federal para o processamento e julgamento do feito, uma vez que a instituição que se pretendia manter em erro com saques dos referidos vales postais era o banco postal. Tendo, o correios agido apenas na qualidade de corresponde bancário da instituição financeira.*

*Portanto, verifico que a suposta conduta criminosa não causou prejuízo ou lesionou serviço da EBCT, mas tão somente, ao serviço de responsabilidade da instituição financeira contratante do serviço postal.*

*Ante o exposto, **afirmo a incompetência** deste Juízo Federal para o conhecimento e processamento do feito, no termo dos julgados acima citados, **SUSCITO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA**, a ser dirimido pelo Eg. Superior Tribunal de Justiça, com base no art. 105, I, 'd', Constituição Federal e 116 do CPP."*

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 347-251, opinando pela declaração da competência do Juízo Suscitado.

É o relatório. Decido.

A competência é da Justiça comum estadual.

Ainda que tenha ocorrido, supostamente, a apresentação de documento falsificado expedido por órgão federal, não há a atração da Justiça Comum Federal se o crime não ocasiona prejuízo para a União – como no caso, em que se visava à obtenção de vantagem ilícita em prejuízo do Banco Postal.

Com efeito, na hipótese em apreço, como bem salientou o Ministério Público Federal, no parecer acolhido pelo Juízo Suscitante, "*os Correios atuam como correspondente de uma instituição financeira na prestação de serviços bancários, sobre a qual recaíra o prejuízo decorrente da conduta criminosa, ou seja, o crime não foi praticado em detrimento dos Correios e sim da instituição financeira responsável pelo Banco Postal*" (fl. 13; sem grifos no original).

Friso o teor da Súmula n.º 546 do Superior Tribunal de Justiça, que assim dispõe:

*"A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor."*

Esse entendimento pode ser observado, *mutatis mutandis*, nos seguintes precedentes desta Corte:

**"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO E ESTELIONATO. CRÉDITOS ORIUNDOS DO FUNDO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. UTILIZAÇÃO DO DOCUMENTO FALSO. POTENCIALIDADE LESIVA QUE SE EXAURE NO ESTELIONATO. PREJUÍZO EXCLUSIVO DE PARTICULARES. AUSÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.**

1. O presente conflito negativo de competência deve ser conhecido, por se tratar de incidente instaurado entre juízos vinculados a Tribunais distintos, nos termos do art. 105, inciso I, alínea d da Constituição Federal.

2. A falsificação de documento público, cuja emissão seja vinculada a órgão da União, não fixa, por si só, a competência da Justiça Federal, que se impõe apenas quando houver ofensa a bens, serviços ou interesses da União ou órgão federal. Precedentes.

3. Não há interesse da União nas hipóteses em que documentos públicos falsos foram utilizados para a prática de estelionato que tem particulares como vítimas. Conforme remansosa jurisprudência desta Corte Superior, que culminou na edição da Súmula 17 do STJ, 'o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido.'

4. A falsificação de documento público utilizado como meio fraudulento de estelionato, com potencialidade lesiva exaurida, e praticado exclusivamente em detrimento de particulares, não determina a competência da Justiça Federal, por não atingir diretamente interesses da União. Precedentes.

5. No caso dos autos, os créditos supostamente falsos foram efetivamente utilizados por particulares, em detrimento de outros particulares, na prática de estelionato, e encontram-se com a potencialidade lesiva exaurida, na medida em que não podem vitimar outras pessoas, daí a ausência de prejuízo a interesse da União.

Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito do Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária de São Paulo – DIPO 4.2.2, o suscitado." (CC 143.616/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 09/03/2018; sem grifos no original.)

**"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PENAL. TENTATIVA DE ESTELIONATO E USO DE DOCUMENTO FALSO. ABERTURA DE CONTA CORRENTE COM DOCUMENTO FALSO EM AGÊNCIA DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS QUE FUNCIONAVA COMO BANCO POSTAL (BANCO DO BRASIL S/A). PREJUÍZO ECONÔMICO EVENTUAL SUPOSTO PELO BANCO**

**DO BRASIL. INEXISTÊNCIA DE OFENSA DIRETA A INTERESSE, BEM OU SERVIÇO TÍPICO PRESTADO PELA EBCT. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.**

1. Se cabe à instituição financeira contratante dos serviços do Banco Postal (in casu o Banco do Brasil S/A) a responsabilidade pelos serviços bancários disponibilizados pela EBCT a seus clientes e usuários, ressalta nítido que eventual lesão decorrente da abertura de conta corrente por meio da utilização de documento falso atingiria o patrimônio e os serviços do Banco do Brasil S/A e não da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT ou dos serviços típicos de sua atividade fim. Tanto é assim que, caso a empreitada delituosa tivesse tido êxito, os prejuízos decorrentes da abertura de conta corrente na agência do Banco Postal seriam suportados pelo Banco do Brasil S/A. Precedente desta Corte: HC n. 96.684/BA, rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, 6ª Turma, julgado em 5/8/2010.

2. A lesão apta a justificar a competência da Justiça Federal para julgamento da ação penal seria aquela em que ficasse comprovada a ofensa direta a interesse, bem ou serviço que cabe à EBCT por força de lei, sendo que, na situação dos autos, o serviço de abertura de conta prestado pelos Correios decorre de contrato com o Banco do Brasil S.A., sendo este o eventual prejudicado com a conduta delituosa intentada pelo investigado.

3. Não se verificando que a suposta conduta criminosa tenha causado qualquer prejuízo ou lesionado serviço da EBCT, mas tão somente o serviço de responsabilidade do Banco do Brasil S.A., instituição financeira contratante do serviço postal, é de se reconhecer a competência da Justiça Estadual para o julgamento da ação penal.

4. Conflito conhecido, para declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Sousa/PB, o Suscitado." (CC 129.804/PB, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2015, DJe 06/11/2015.)

Ante o exposto, CONHEÇO do conflito para DECLARAR a competência do JUÍZO DE DIREITO DA 4.ª VARA CRIMINAL DE CEILÂNDIA - DF, o Suscitado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora